

DOI: 10.46943/V.CINTEDI.2024.03.003

AUTISMO E INCLUSÃO: DIÁLOGOS BASEADOS NO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA, NA NEURODIVERSIDADE E NOS ESTUDOS INTERSECCIONAIS)

Tatiana Cristina Vasconcelos¹

Joselito Santos²

Francimara da Silva Lopes de Brito³

Maria Aparecida Vieira de Sales⁴

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema de crescente interesse na contemporaneidade. Tradicionalmente, mesmo no contexto escolar, a abordagem ao fenômeno tem sido pautada, principalmente, por uma concepção monolítica fundamentada pelo modelo médico. No compromisso de ampliar o debate, o presente estudo objetivou refletir sobre autismo e inclusão com base no diálogo entre os pressupostos teórico-metodológicos do Modelo Social da Deficiência, da Neurodiversidade e dos Estudos Interseccionais. Para tanto, foi desenvolvido um estudo bibliográfico de artigos científicos e livros nacionais e internacionais, da área da Educação, Psicologia e Sociologia, publicados entre os anos de 2020 a 2024. Os principais resultados indicaram que é necessário reposicionarmos saberes e práticas no contexto da inclusão visando a efetivação desse direito incondicional, inalienável e intrasferível. Ademais, precisamos assumir que os sujeitos autistas

1 Docente UEPB (DE / PROFEI). Doutora em Educação (UER), tatianavasconcelos@servidor.uepb.edu.br;

2 Doutor. Professor do Centro Universitário UNIFIP. Campina Grande – PB. jslito2012@gmail.com;

3 Docente PMCG (Educação Infantil). Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade Paulista - UNIP, prof.francimarabrito@gmail.com;

4 Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Especialista em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar pela UEPB, cida.mavsl@gmail.com.

são pessoas que possuem uma ampla gama de habilidades e desafios, incluindo características sociais e cognitivas, singularidades na interação social, comunicação verbal e não verbal, comportamentos e interesses estereotipados, e respostas únicas a uma série de experiências sensoriais, mas que os maiores desafios que enfrentam se encontram arraigados nas barreiras e obstáculos no contexto da acessibilidade. A crítica aos processos de padronização e uniformização enfrentados pelas pessoas com deficiência, a valorização da diversidade humana, da singularidade e da intersecção dessa experiência, bem como a defesa do direito à participação nas várias esferas da vida emergiram como aspectos significativos. Uma das principais contribuições dos estudos interseccionais é a ampliação do escopo da pesquisa e da prática clínica, reconhecendo que as necessidades das pessoas com deficiência são diversas e multifacetadas. Assim, tais perspectivas têm contribuído para a construção de compreensões mais holísticas sobre o autismo e inclusão ao considerar as complexas interações entre diversas dimensões da identidade e da experiência humana, mediadas pelas condições concretas da vida.

Palavras-chave: Autismo, Modelo Social da Deficiência, Estudos Interseccionais.

INTRODUÇÃO

A busca por uma educação inclusiva, que valoriza todas as identidades e habilidades, tem se intensificado nas últimas décadas como uma resposta à necessidade de garantir equidade para todos os estudantes. Esse paradigma educacional visa criar ambientes de aprendizagem que não apenas aceitem, mas celebrem a diversidade, reconhecendo que cada aluno traz uma gama única de habilidades, culturas e experiências. A educação inclusiva se baseia em princípios como igualdade e equidade, respeitando as identidades dos alunos e garantindo sua participação ativa no processo educativo através de práticas pedagógicas adaptativas e ambientes de aprendizagem flexíveis. Esse enfoque reflete a evolução das práticas educacionais em direção a um sistema que valoriza e integra a diversidade, enriquecendo o processo de aprendizado e beneficiando a sociedade como um todo.

Nesse contexto, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema de crescente interesse na contemporaneidade. Tradicionalmente, mesmo no contexto escolar, a abordagem ao fenômeno tem sido pautada, principalmente, por uma concepção monolítica fundamentada pelo modelo médico. No compromisso de ampliar o debate, o presente estudo objetivou refletir sobre autismo e inclusão com base no diálogo entre os pressupostos teórico-metodológicos do Modelo Social da Deficiência, da Neurodiversidade e dos Estudos Interseccionais.

O TEA é frequentemente situado em um campo de poder e conflito de narrativas, onde o modelo capitalista, em colaboração com o modelo bio-médico, molda a compreensão e a definição dos sujeitos como incapazes ou atípicos. O modelo biomédico, predominante nas áreas de psiquiatria e saúde, vê o autista principalmente através de uma lente patologizante, focando nos *déficits* e diferenças em relação a uma norma neurotípica. Este enfoque reduz o autismo a um conjunto de sintomas e comportamentos que precisam ser corrigidos ou gerenciados, ao invés de valorizar as diversas maneiras pelas quais os indivíduos autistas percebem e interagem com o mundo (Pestana, 2023).

O sistema capitalista se entrelaça com o sistema de colonização, impondo a distinção entre aqueles que são socialmente excluídos e incluídos. No contexto capitalista, em que a eficiência, produtividade e conformidade são altamente valorizadas, as pessoas com TEA muitas vezes são marginalizadas e vistas como menos valiosas devido às suas diferenças. Este sistema reforça a ideia de que o sucesso e a competência são definidos por um conjunto restrito de habilidades

e comportamentos, desvalorizando a diversidade cognitiva e as contribuições únicas que as pessoas autistas podem oferecer. Essa perspectiva perpetua o capacitismo, uma forma de discriminação que pressupõe a inferioridade das pessoas com deficiência.

O conflito de narrativas surge quando confrontamos essa visão dominante com abordagens mais inclusivas e humanizadoras, como o Modelo Social da Deficiência. Este modelo argumenta que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com TEA não são inerentes à sua condição, mas sim resultantes das barreiras impostas por uma sociedade que não acomoda suas necessidades e diferenças. Em vez de focar nos déficits, o modelo social enfatiza a importância de adaptar o ambiente e a sociedade para serem mais inclusivos, permitindo que todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades, possam participar plenamente.

Além disso, há uma crescente valorização das potencialidades das pessoas com TEA, como habilidades cognitivas excepcionais, memória detalhada, pensamento lógico e criativo. Reconhecer e nutrir essas habilidades pode desafiar as narrativas dominantes que limitam as oportunidades para pessoas autistas. Esta mudança de perspectiva pode contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a diversidade é vista como um recurso valioso em vez de um problema a ser resolvido (Lener, 2022).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme definido pelo DSM-5, é uma condição neurodesenvolvimental caracterizada por dificuldades na comunicação, interação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos. O modelo biomédico, predominante na psiquiatria, vê o TEA como uma disfunção cerebral e patologiza a condição, focando nos déficits em relação à norma neurotípica. Isso reforça o capacitismo, que discrimina pessoas com deficiência.

Em contraste, o Modelo Social da Deficiência argumenta que as barreiras enfrentadas por pessoas com TEA são criadas pela sociedade, que não acomoda suas diferenças. Este modelo propõe eliminar barreiras e promover a inclusão e valorização da diversidade, focando em fornecer suporte educacional personalizado e criar ambientes inclusivos (Silva, Gesser, Nuerberg, 2019). Valorizar as habilidades únicas das pessoas com TEA, como memória excepcional e criatividade, pode enriquecer a sociedade. Adotar o modelo social e os estudos interseccionais implica adaptar a sociedade para incluir todas as formas de diversidade, promovendo uma visão mais inclusiva e holística do TEA.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido com base em uma revisão bibliográfica de artigos científicos e livros nacionais e internacionais, da área da Educação, Psicologia e Sociologia, publicados entre os anos de 2020 a 2024. A abordagem narrativa oferece uma visão integrada dos estudos, destacando as conexões entre diferentes trabalhos e proporcionando uma perspectiva contextualizada que pode orientar futuras investigações. Ao organizar a literatura de maneira coerente e reflexiva, a pesquisa bibliográfica narrativa facilita a construção de um panorama detalhado e informativo, essencial para avançar o entendimento de temas complexos e multifacetados.

Para conduzir uma pesquisa bibliográfica narrativa sobre autismo, o Modelo Social da Deficiência e estudos interseccionais, o primeiro passo foi definir claramente o tema e os objetivos específicos, formulando questões de pesquisa que guiaram a investigação. Em seguida, foram selecionadas palavras-chave relevantes e determinadas as bases de dados e bibliotecas eletrônicas a serem consultadas, como Google Scholar, PubMed e Scopus. Realizaram-se buscas extensivas utilizando essas palavras-chave, selecionando artigos, livros e outros materiais relevantes, com base em critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos, como relevância direta para o tema e qualidade metodológica.

Após a coleta de dados, procedeu-se à leitura crítica e análise das fontes, fazendo anotações detalhadas sobre os principais argumentos, metodologias e resultados. As informações foram organizadas em categorias temáticas e sintetizadas, integrando diferentes perspectivas e identificando lacunas na literatura. A revisão narrativa foi redigida de forma lógica e estruturada, começando com uma introdução contextualizadora e desenvolvendo seções que abordaram cada categoria temática. Concluiu-se destacando as principais contribuições e implicações da pesquisa. Finalmente, o texto foi revisado para garantir clareza e coerência, e assegurou-se que todas as fontes estavam devidamente citadas conforme as normas acadêmicas escolhidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crítica aos processos de padronização e uniformização enfrentados pelas pessoas com deficiência, a valorização da diversidade humana, da singularidade e da intersecção dessa experiência, bem como a defesa do direito

à participação nas várias esferas da vida emergiram como aspectos significativos. Uma das principais contribuições dos estudos interseccionais é a ampliação do escopo da pesquisa e da prática clínica, reconhecendo que as necessidades das pessoas com deficiência são diversas e multifacetadas. Assim, tais perspectivas têm contribuído para a construção de compreensões mais holísticas sobre o autismo e inclusão ao considerar as complexas interações entre diversas dimensões da identidade e da experiência humana, mediadas pelas condições concretas da vida.

É necessário reposicionarmos saberes e práticas no contexto da inclusão visando a efetivação desse direito incondicional, inalienável e intrasferível. Ademais, precisamos assumir que os sujeitos autistas são pessoas que possuem uma ampla gama de habilidades e desafios, incluindo características sociais e cognitivas, singularidades na interação social, comunicação verbal e não verbal, comportamentos e interesses estereotipados, e respostas únicas a uma série de experiências sensoriais, mas que os maiores desafios que enfrentam se encontram arraigados nas barreiras e obstáculos no contexto da acessibilidade.

Sinclair⁵ (2012) afirma que o autismo “é impregnante; colore toda a experiência, cada sensação, percepção, pensamento, emoção e encontra cada aspecto da existência”, destacando que não é possível separar o autismo da pessoa. Essa visão desafia o modelo biomédico, que vê o autismo como um problema a ser corrigido. Em vez disso, Sinclair sugere que o autismo é uma parte intrínseca da identidade de uma pessoa e deve ser valorizado como tal. Isso se alinha com o Modelo Social da Deficiência, que vê as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com autismo como resultado das barreiras sociais, e não como problemas individuais. Implementar essa visão significa promover uma educação inclusiva, adaptar ambientes de trabalho e criar políticas públicas que apoiem a diversidade neurológica, reconhecendo e valorizando as contribuições únicas das pessoas autistas.

O modelo da neurodiversidade valoriza as variações neurológicas, como autismo e dislexia, como formas naturais e enriquecedoras da cognição humana,

5 O termo “neurodiversidade” foi introduzido por Jim Sinclair, uma socióloga autista australiana, em 1990. Sinclair desafiou a visão negativa do autismo, afirmando que não havia necessidade de lamentação e que o autismo não era uma maldição. Essa perspectiva deu início ao movimento da Neurodiversidade em 1993, que apoia a ideia de que o autismo deve ser visto como uma parte valiosa do legado genético da humanidade, e não como um erro da natureza a ser corrigido.

em vez de vê-las como deficiências a serem corrigidas. Esse modelo enfatiza a importância de criar ambientes inclusivos que respeitem e adaptem-se às diferenças neurológicas, destacando tanto os desafios quanto as habilidades únicas de cada indivíduo. Promove a autodeterminação e a participação ativa das pessoas neurodivergentes nas decisões que afetam suas vidas, e sugere práticas educacionais e profissionais que aproveitem suas qualidades específicas. Embora ofereça uma abordagem positiva e inclusiva, também enfrenta desafios, como a necessidade de equilibrar o reconhecimento das dificuldades reais com a valorização das diversidades neurológicas (Adriano; Lugon; Aydos, 2021; Ortega, 2018).

Ortega (2018) defende que a inclusão vai além de simples acomodações, exigindo uma mudança de paradigma para reconhecer e valorizar as habilidades únicas de cada aluno. No entanto, Ortega também ressalta desafios na implementação prática, como o risco de minimizar as dificuldades reais enfrentadas pelos neurodivergentes, exigindo um equilíbrio cuidadoso entre valorização da diversidade e suporte efetivo.

Contudo, o TEA, conforme definido pelo Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), é considerada uma condição neurodesenvolvimental caracterizada por prejuízos persistentes na comunicação e interação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos. O DSM-5 consolidou diversas condições anteriormente consideradas separadas, como autismo infantil precoce, síndrome de Asperger e transtorno desintegrativo da infância, sob o guarda-chuva do TEA para simplificar o diagnóstico (APA, 2014).

O modelo biomédico, predominante na psiquiatria e na medicina, vê o TEA principalmente como uma disfunção ou anormalidade do cérebro. Este modelo, também conhecido como modelo individual, trata a deficiência como uma doença ou uma consequência de uma condição médica, patologizando o corpo e focando nos déficits em relação à norma neurotípica. Essa abordagem tende a reforçar o capacitismo, uma forma de discriminação que pressupõe que pessoas com deficiência são inferiores ou menos capazes que pessoas sem deficiência (Adriano; Lugon; Aydos, 2021)

Essa visão limitada, no entanto, é amplamente criticada por não considerar o impacto social e ambiental na vida das pessoas com TEA (Almeida; Neves, 2020). O Modelo Social da Deficiência oferece uma perspectiva alternativa, destacando que as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência não são inerentes a elas, mas são resultado das atitudes e estruturas sociais.

Segundo este modelo, a deficiência é criada pela sociedade que não acomoda as diferenças e não proporciona suporte adequado.

O modelo social propõe que, ao invés de focar exclusivamente na tentativa de “corrigir” ou “normalizar” o indivíduo, a sociedade deve se adaptar para incluir e valorizar as diferenças. Isso significa eliminar barreiras arquitetônicas, melhorar a acessibilidade e promover uma cultura de aceitação e valorização da diversidade. No contexto do TEA, isso envolve fornecer suporte educacional personalizado, criar ambientes de trabalho inclusivos e garantir que os serviços de saúde e sociais estejam adaptados às necessidades específicas dessas pessoas (Silva, Gesser, Nuerberg, 2019).

Adotar o Modelo Social da Deficiência em relação ao TEA implica reconhecer e valorizar as habilidades únicas e as potencialidades dos indivíduos com autismo. Muitas pessoas com TEA possuem habilidades cognitivas notáveis, como uma memória excepcional, um pensamento lógico rigoroso e uma criatividade distinta. Essas capacidades podem ser extremamente valiosas em diversos campos, como ciência, tecnologia, arte e música.

Para desenvolver essas potencialidades, é crucial proporcionar um ambiente de apoio e inclusão que inclua educação adaptada, reconhecimento das habilidades únicas e suporte contínuo. Valorizar as qualidades das pessoas com TEA não só melhora sua qualidade de vida, mas também enriquece a sociedade como um todo, promovendo uma maior diversidade de pensamentos e perspectivas.

Os Estudos sobre Deficiência na Educação emergem como uma crítica contundente à perspectiva biomédica da Educação Especial, que historicamente tem tratado a deficiência como um problema intrínseco ao indivíduo, necessitando de correção ou gerenciamento. Essa abordagem biomédica tende a patologizar a deficiência, reduzindo-a a um conjunto de limitações e déficits que colocam a pessoa com deficiência em uma posição de inferioridade em relação às normas estabelecidas pela sociedade.

O ativismo acadêmico na área da deficiência propôs o Modelo Social da Deficiência, uma das contribuições teóricas mais significativas dos Estudos sobre Deficiência (*Disability Studies*). Este campo acadêmico, que se consolidou na década de 1970, surgiu das lutas desenvolvidas por pessoas com deficiência contra a segregação e discriminação, influenciadas por movimentos sociais dos anos 60, como o movimento dos direitos civis, o movimento feminista, o movimento de consumidores e o movimento LGBTQ+ nos Estados Unidos.

Esses movimentos culminaram em uma corrente teórica no Reino Unido e nos Estados Unidos, conhecida como “social model of disability”, tendo como um de seus principais precursores o sociólogo Michael Oliver.

O Modelo Social da Deficiência desafia a visão biomédica, argumentando que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência não são inerentes a elas, mas são criadas pelas barreiras físicas, sociais e atitudinais impostas pela sociedade. Em vez de focar nas limitações do indivíduo, o modelo social enfatiza a necessidade de uma mudança estrutural na sociedade para acomodar a diversidade humana. Esse modelo destaca que a deficiência deve ser vista como um dos marcadores da identidade do sujeito, ao lado de etnia, gênero, sexualidade, entre outros.

Essa perspectiva tem implicações profundas para a Educação Especial. Em vez de focar na correção dos déficits individuais, a partir do modelo social, deve concentrar-se na remoção de barreiras e na criação de ambientes inclusivos que valorizem a diversidade e promovam a participação plena de todos os alunos. Isso inclui adaptar currículos, métodos de ensino e ambientes físicos para atender às necessidades de todos os estudantes, reconhecendo que cada um possui habilidades e potencialidades únicas que podem contribuir para o enriquecimento do ambiente educacional (Block, 2023).

Os Estudos sobre Deficiência também destacam a importância de desconstruir as concepções capacitistas, que pressupõem a superioridade das pessoas sem deficiência e a inferioridade das pessoas com deficiência. Ao reconhecer a deficiência como parte integrante da identidade humana, ao lado de outros marcadores identitários, esse campo acadêmico promove uma visão mais inclusiva e equitativa da sociedade (Ashinoff, 2021).

Decolonizar o autismo parte do princípio de reconhecer que o autismo é uma deficiência, amparada pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e que faz parte de uma identidade social. Dessa forma, para decolonizar o autismo, é necessário também decolonizar a deficiência. O contexto de estruturas sociais opressivas cria e recria a deficiência a partir da diferença como parte de um sistema de controle, para que as pessoas tenham controle sobre si e sobre sua própria deficiência (Kuppers, 2016; Aydos, 2019).

A decolonização requer reconhecer o estado de ser colonizado/objeto e como a colonização se cruza com o capacitismo. Segundo Kuppers (2016, p. 69), a deficiência é uma performance dentro do sistema colonizador, devido à necessidade de adaptação através de posições sociais, sejam profissionais ou pessoais.

O sistema recorre à adaptação social ao tratar pessoas com deficiência com exclusão social, econômica, política e sistemas de justiça fazendo-as colaborar conforme as normativas sociais impostas pelo sistema colonizador. Justamente essas adaptações são formas de capacitismo contra as pessoas com deficiência.

A decolonização do autismo e da deficiência pode ser modelada a partir de outros movimentos de decolonização, como os raciais, de gênero e indígena, que transcendem a história e as formações modernas de colonização. Ou seja, a decolonização precisa “des-hierarquizar” as redes do sistema capitalista econômico, político e cultural para criar rupturas nas relações coloniais. Uma mesma luta decolonial permeia outras lutas, pois a interseccionalidade das relações sociais não pode ser analisada separadamente, uma vez que permeia a sociedade em todas essas áreas.

Entender que todas as pessoas precisam fazer parte do processo de decolonização coloca a luta como um esforço coletivo, contrário às imposições individuais do sistema capitalista. A decolonização não pode ser realizada de forma isolada ou apenas por aqueles diretamente afetados pelas estruturas opressivas. Ela exige um movimento conjunto onde todos, incluindo aqueles em posições de poder e privilégio, reconheçam as opressões que exercem e os privilégios de que desfrutam.

A participação das pessoas em posições de poder é crucial, pois elas têm a capacidade de influenciar mudanças sistêmicas significativas. Reconhecer a opressão que perpetuam e os privilégios que possuem é um passo importante para dismantelar as estruturas coloniais e capacitistas. Essa conscientização deve levar a ações concretas, onde essas pessoas se unam às lutas decoloniais, apoiando iniciativas que promovam a igualdade e a justiça social (Neumeier; Brow, 2020).

A luta decolonial deve ser interseccional, abrangendo questões de raça, gênero, deficiência e outras identidades marginalizadas. A compreensão de que a opressão é multifacetada e interligada permite uma abordagem mais holística e eficaz na busca por uma sociedade mais justa. Ao unir forças e trabalhar coletivamente, é possível desafiar e transformar as normas capitalistas e coloniais que perpetuam a exclusão e a desigualdade. Assim, a decolonização se torna uma prática inclusiva e abrangente, visando a emancipação de todos os indivíduos e a criação de um sistema social mais equitativo e justo (Pestana, 2023).

Entender que todas as pessoas precisam fazer parte do processo de decolonização coloca a luta como um esforço coletivo, contrário às imposições

individuais do sistema capitalista. A decolonização não pode ser realizada de forma isolada ou apenas por aqueles diretamente afetados pelas estruturas opressivas. Ela exige um movimento conjunto onde todos, incluindo aqueles em posições de poder e privilégio, reconheçam as opressões que exercem e os privilégios de que desfrutam.

A participação das pessoas em posições de poder é crucial, pois elas têm a capacidade de influenciar mudanças sistêmicas significativas. Reconhecer a opressão que perpetuam e os privilégios que possuem é um passo importante para dismantelar as estruturas coloniais e capacitistas. Essa conscientização deve levar a ações concretas, onde essas pessoas se unam às lutas decoloniais, apoiando iniciativas que promovam a igualdade e a justiça social.

Além disso, a luta decolonial deve ser interseccional, abrangendo questões de raça, gênero, deficiência e outras identidades marginalizadas. A compreensão de que a opressão é multifacetada e interligada permite uma abordagem mais holística e eficaz na busca por uma sociedade mais justa. Ao unir forças e trabalhar coletivamente, é possível desafiar e transformar as normas capitalistas e coloniais que perpetuam a exclusão e a desigualdade. Assim, a decolonização se torna uma prática inclusiva e abrangente, visando a emancipação de todos os indivíduos e a criação de um sistema social mais equitativo e justo (Pestana, 2023).

Respeitar autistas por serem quem são faz parte essencial do processo de decolonização. Este respeito implica reconhecer e valorizar as singularidades dos indivíduos autistas, sem tentar forçá-los a se conformar aos padrões neurotípicos predominantes. Conforme Holmans (2017) defende, esse respeito é fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

A decolonização do autismo envolve um esforço consciente para desafiar e desconstruir as narrativas colonizadoras que patologizam e marginalizam os autistas. Este processo convida tanto pessoas comuns quanto profissionais a repensarem suas abordagens e práticas, buscando formas de atuação que promovam a verdadeira inclusão autista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autismo é um campo de poder e conflito de narrativas, onde o modelo capitalista e biomédico tende a definir os sujeitos autistas como incapazes ou atípicos, marginalizando-os com base em um conjunto estreito de normas.

Confrontar essa visão com o Modelo Social da Deficiência e a valorização das potencialidades únicas das pessoas com TEA é essencial para promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Os Estudos sobre Deficiência na Educação oferecem uma crítica fundamental à perspectiva biomédica da Educação Especial, promovendo o Modelo Social da Deficiência como uma abordagem mais inclusiva e humana. Ao valorizar a deficiência como um marcador de identidade e focar na remoção de barreiras sociais, esse campo acadêmico desafia as concepções capacitistas e promove uma educação que respeita e valoriza a diversidade humana.

Adotar o Modelo Social da Deficiência para compreender o autismo significa enxergar essa condição além do aspecto biológico, reconhecendo-a como uma característica entre muitas que compõem a identidade de uma pessoa. Este modelo rejeita a visão do autismo como uma doença a ser corrigida e enfatiza a importância de entender as experiências dos autistas dentro do contexto social. Ele propõe uma mudança de foco do déficit individual para as barreiras sociais que dificultam a participação plena dessas pessoas na sociedade. Entender o autismo desta forma valoriza as potencialidades únicas dos autistas e promove a inclusão e participação ativa. Para isso, é necessário remover barreiras através de políticas públicas, práticas educacionais inclusivas, ambientes de trabalho adaptados e sensibilização da sociedade. Este modelo celebra a diversidade humana e promove uma sociedade mais justa e inclusiva.

Construir estruturas sociais inclusivas exige enfrentar diretamente a colonização do autismo. Isso significa criar espaços onde autistas possam expressar suas vozes e serem protagonistas de suas próprias vidas. A inclusão não deve ser um ato de caridade, mas um reconhecimento dos direitos e da dignidade inerente a todas as pessoas. Estruturas sociais inclusivas devem ser projetadas para acomodar a diversidade de experiências humanas, incluindo aquelas das populações historicamente oprimidas.

A interseccionalidade destaca que as identidades individuais são moldadas por uma combinação de fatores sociais, culturais e políticos. Na educação inclusiva, isso significa que os alunos não são definidos por uma única característica, como deficiência, etnia ou gênero, mas por uma complexa interação dessas dimensões. Por exemplo, um aluno com deficiência e de uma minoria étnica pode enfrentar desafios únicos que não podem ser compreendidos apenas pela sua deficiência ou etnia isoladamente. Adotar uma abordagem interseccional permite que educadores desenvolvam práticas mais sensíveis

e adaptadas, reconhecendo a complexidade das identidades dos alunos e promovendo um ambiente mais inclusivo e equitativo.

Ademais, a decolonização é um processo contínuo e dinâmico. Para que as lutas por justiça e igualdade amadureçam, é necessário que todos reconheçam seus próprios privilégios e trabalhem ativamente para dismantelar as hierarquias opressivas. Esse reconhecimento abre caminho para o protagonismo das populações marginalizadas, permitindo que liderem a revolução necessária para criar uma sociedade mais justa e equitativa. A decolonização do autismo é, portanto, uma parte crítica desse movimento maior, exigindo esforços contínuos para garantir que as vozes autistas sejam ouvidas e respeitadas.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Luana; LUGON, Ricardo; AYDOS, Valéria. **Autismo, deficiência e neurodiversidade**: provocações para pensar um conceito disputado e seus efeitos em pesquisas no/a partir do sul global. In: 45º Encontro Anual da Anpocs, São Paulo, 2021. Anais... São Paulo: ANPOCS, p. 1–15. Disponível em: https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3654. Acesso em: 03 jun. 2023.

ALMEIDA, Máira L.; NEVES, Anamaria S. A popularização diagnóstica do autismo: uma falsa epidemia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, e180896, p. 1–12, 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2014). **Manual de transtornos mentais DSM-5** (1ª ed.). Artmed. Disponível em <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cld-file/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obautoeducador/2015/DSM%20V.pdf>. Acesso em 27 mai. 2017.

ASHINOFF, Brandon K.; ABU-AKEL, Ahmad. **Hyperfocus**: the forgotten frontier of attention. *Psychological Research*, v. 85, n. 1, p. 1–19, 2021.

AYDOS, Valéria. A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Anuário Antropológico**, v. 44, n. 1, p. 93–116, 2019.

BLOCK, Pamela, et al. **Occupying Disability**: An Introduction. In: BLOCK, Pamela, et al. (Eds.). *Occupying Disability: Critical Approaches to Community, Justice, and Decolonizing Disability*. New York/London: Springer Dordrecht Heidelberg, 2023. p. 03–14.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sa da Costa Editora, 1978.

NICOLAU, Giovanna; DE ASSIS, Pablo. A descolonização do Autismo a partir do protagonismo Autista. **Revista Mundaú**, n. 13, p. 63–86-63–86, 2023.

KOVACHEVA, Siyka. Social **Inclusion**. Council of Europe European Union: EU-CoE youth partnership policy sheet, 2023. Disponível em: <https://pjp-eu.coe.int/en/web/youth-partnership/social-inclusion>. Acesso em: 3 mai. 2023

LENER, Marc S.; Villines, Zawn. What does neurotypical, neurodivergent, and neurodiverse mean? **Medical News Today**, 2022. Disponível em: <https://www.medicalnewstoday.com/articles/what-does-neurotypical-mean>. Acesso em: 3 mai. 2023.

ORTEGA, Francisco. “Neurodiversidade: A Educação e o Papel dos Profissionais”. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 24, no. 3, 2018, pp. 1-20.

PESTANA, Douglas Manoel Antonio et al. Interseccionalidades na voz de paulo freire na educação inclusiva do aluno com transtorno do espectro autista. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 15, p. 126-131, 2023.

SILVA, Solange Cristina; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. A contribuição do Modelo Social da Deficiência para a compreensão do Transtorno do Espectro Autista. **Revista educação, artes e inclusão**, v. 15, n. 2, p. 187-207, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/12897>. Acesso em: 7 jun. 2024.